

PLENÁRIO APRECIA HOJE PROJETO DE LEI QUE LIMITA AS COLIGAÇÕES

O plenário do Senado aprecia hoje proposta que acaba com a coligação para as eleições proporcionais (vereadores e deputados estaduais e federais), mantendo-a apenas para os pleitos majoritários (prefeitos, governadores, senadores e presidente).

PÁGINA 3

ACUSADO DE IRREGULARIDADE, JUIZ APRESENTA SUA DEFESA À CPI

O juiz Aluizio Rodrigues, do TRT da Paraíba, depõe hoje, a partir das 17h, na CPI do Judiciário. Os senadores decidiram ouvi-lo depois que ele encaminhou carta solicitando a oportunidade de se defender da acusação de atos irregulares, feita por depoentes.

PÁGINA 4

Senadores exigem atenção do governo para a Amazônia

Gilberto Mestrinho e Mozarildo Cavalcanti denunciam riscos à segurança na fronteira norte do país. Tião Viana e Moreira Mendes estão preocupados com a saúde pública na região



Preocupado com o “clima de guerra civil” enfrentado pela Colômbia, o senador Gilberto Mestrinho fez um apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que redobre a segurança na fronteira amazônica. A “vulnerabilidade” dessas fronteiras foi denunciada, ainda, pelo senador Mozarildo Cavalcanti, que defendeu uma redivisão territorial da região. Os senadores Tião Viana e Moreira Mendes também pediram atenção aos problemas da Amazônia, especificamente na área de saúde pública. Viana alertou para o envenenamento da população por mercúrio e Moreira disse que a Organização Mundial de Saúde classifica como gravíssimo o quadro da hanseníase no estado de Rondônia.



PÁGINA 5

Mestrinho (*acima*) afirma que Brasil precisa defender suas fronteiras e combater o tráfico de entorpecentes na região. Viana (*ao lado*) sugeriu a implantação de um centro de diagnóstico e tratamento de pessoas envenenadas pelo mercúrio



Mozarildo (*acima*) comenta prisão de russos no Vale do Javari: “A Amazônia vem sendo vasculhada há muito tempo”. Moreira (*ao lado*) explica que organização não-governamental holandesa ajuda no combate à hanseníase e à tuberculose



CPI ganha mais prazo para investigar bancos

Os trabalhos da CPI do Sistema Financeiro, que se encerrariam no dia 12 do próximo mês, deverão ser prorrogados até o fim de setembro ou início de outubro. O relator da comissão, senador João Alberto Souza, informou ontem que há consenso quanto à prorrogação, a qual permitirá que o relatório seja discutido e votado “com tranquilidade”.

PÁGINA 4

Marcha dos 100 Mil será boa para governo, diz ACM

Presidente do Senado acha que manifestação poderá melhorar popularidade de FHC por exibir falta de propostas da oposição

A Marcha dos 100 Mil organizada pelos partidos de esquerda e sindicatos, que deverá chegar na próxima quinta-feira a Brasília, poderá melhorar a popularidade do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

A opinião é do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para quem o movimento, por não trazer propostas para os problemas do Brasil e não ter um objetivo definido, mostrará à população que o país não vai crescer através da desordem. Para ele, a marcha é uma agitação desnecessária.

Antonio Carlos também criticou a proposta de renúncia que está sendo defendida por alguns políticos, entre



Antonio Carlos disse que a marcha é "um movimento sem rumo e sem destino, que evidentemente só pode ser ruim para o Brasil"

eles o ex-governador do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, a qual classificou de "uma brincadeira". Na sua opinião, proposições desse tipo são coisas "de quem não tem o que fazer", e enfraquecem a própria organização da marcha:

— Não digo que é exagero falar que

a marcha é uma tentativa de golpe, mas as instituições brasileiras estão fortes o bastante para não se abalarem com uma reunião de 50 mil pessoas, 60 mil, ou até se aumentarem para 100 mil não tem problema — observou Antonio Carlos.

Antonio Carlos destacou a necessidade de a Marcha dos 100 Mil não se transformar em agitação. Ele disse que a mobilização não deve perder a direção ou descambar para a desordem. "Ninguém ganha enfraquecendo a autoridade do presidente numa hora em que é necessária a união de propósitos para vencer alguns problemas comuns", completou.

Ele disse que a marcha "é um movimento sem rumo e sem destino, que evidentemente só pode ser ruim para o Brasil". O senador defendeu, no entanto, o direito democrático de a oposição realizar o protesto, e previu que "as autoridades vão acatá-lo, se for democrático".

Senador elogia FHC e repudia "intrigas"

Ao comentar a entrevista do presidente Fernando Henrique Cardoso divulgada por diversos jornais ontem, Antonio Carlos Magalhães disse ter achado "boas" as declarações do presidente, que, em sua opinião, foi "firme e soube colocar os pontos nos diversos temas". Ele repudiou insinuações de que Fernando Henrique teria feito qualquer crítica à sua atuação como presidente do Senado, durante a entrevista:

— Não vi crítica e não adianta tentar fazer mais intrigas. O presidente é um homem de coragem, como também sou, e o que tivesse de me dizer me diria pessoal e diretamente. Chega de intri-

gas, vamos ajudar o Brasil. Agora, se vocês (*jornalistas*) quiserem fazer intrigas, peçam ao presidente para me atacar — disse Antonio Carlos Magalhães.

Ao reconhecer que Fernando Henrique Cardoso está enfrentando um momento difícil, Antonio Carlos afirmou que na hora em que o presidente tomar as medidas que deve vai recuperar sua credibilidade junto à opinião pública. "Não vai voltar à popularidade que tinha, mas vai ficar muito melhor do que está", completou.

Quanto aos precatórios, o senador fez questão de explicar novamente sua

emenda, que propõe revisar os critérios de cálculo das indenizações e adiar por um ano o cronograma de pagamentos:

— Os precatórios devem ser reexaminados a fim de que a União não seja lesada, como tem sido — afirmou o senador. No entender de Antonio Carlos Magalhães, o adiamento do pagamento não caracteriza qualquer tipo de calote.

— É uma maneira de pagar certo, na hora certa, sem que haja excesso, porque esse excesso, sim, resultaria em calote, já que a União não poderia pagar, e nem os estados ou os municípios — concluiu.

Acordo não deve abranger grande produtor

O presidente do Senado defendeu a definição de critérios para que os pequenos e médios produtores rurais possam refinar suas dívidas com o governo, mas disse que os grandes agricultores devem pagar seus débitos e não ser incluídos nessa nova negociação.

Antonio Carlos disse que o governo

não deve negociar com os produtores rurais a retirada dos caminhões e tratores que estão ocupando a Esplanada dos Ministérios em Brasília desde a semana passada. Ele disse que, no seu entendimento, nenhuma negociação pode ser feita à base de pressão.

Sobre a possibilidade da instalação

de uma CPI para apurar irregularidades no processo de privatização do sistema Telebrás, Antonio Carlos disse que, em princípio, não concorda por não haver motivo concreto. Ele observou que apenas o fato de existir um grande número de assinaturas apoiando a CPI não justifica sua criação.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 24 DE AGOSTO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 10h - Reunião com líderes e presidentes das comissões permanentes
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado
- ▶ 18h - Recebe o ministro da Ciência e Tecnologia, embaixador Ronaldo Sardenberg

PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLS nº 178/99, altera a Lei nº 4.737/65, que institui o Código Eleitoral, e a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições, a fim de proibir coligações nas eleições proporcionais; *PDL nº 110/97, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Araguaia de Brusque Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brusque (SC); *PDL nº 137/98, aprova o ato que renova a permissão do Rádio Itapema FM de Porto Alegre Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre (RS); *PDL nº 45/99, aprova o texto do Acordo de Cooperação sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América; *PDL nº 46/99, aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos celebrado entre os governos do Brasil e de Cuba; e *Requerimento nº 410/99, do senador José Fogaça, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 154 e 208, de 1999, por versarem sobre câmaras intersindicais de conciliação.

COMISSÕES

- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: *Ofício nº 23/99, que encaminha ao Senado Parecer Dedip/Diare-99/157, de 1999, contendo a manifestação do Banco Central do Brasil relativa ao pedido do governo do estado do Rio de Janeiro para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (LFTR), cujos recursos serão destinados ao refinanciamento da dívida mobiliária vencível no segundo semestre de 1999; *PLS nº 255/97, que fixa o prazo para restituição do Imposto sobre a Renda e Proventos descontado na fonte; *PLS nº 325/99, que dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de tratores e máquinas agrícolas por pequenos produtores rurais; *PLS nº 266/99, que dispõe sobre o incentivo fiscal a doações de equipamentos e matérias-primas a entidades sem fins lucrativos, para uso no preparo de alimentos para pessoas carentes; *PLS nº 12/99, que transfere os recursos previstos no art. 159, I, c, da Constituição para a gestão do Banco de Brasília (BRB); *Projeto de Resolução nº 79/99, que concede, excepcionalmente, autorização global aos estados para contratar operação de crédito junto ao governo federal, destinado a compensar perdas de receita decorrentes da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, criado pela Lei 9.424/96, nos termos da Medida Provisória 1.861-15, de 1999, e suas posteriores reedições; e *PLS nº 414/99, que dá nova redação ao parágrafo 2º do artigo 11 da Lei nº 8.387/91. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

- ▶ 11h30 - Comissão de Educação
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 225/99, que dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio; *PLS nº 43/99, revoga o art. 2º da Lei nº 9.192/95, que altera dispositivos da Lei nº 5.540/68, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários; *PLS nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial; *PLS nº 252/99, modifica a Lei nº 9.766/98, que altera a legislação do salário-educação; *PLS nº 241/99, que dispõe sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional; *PLS nº 341/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas concessionárias de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens destinarem pelo menos dois minutos diários de sua programação à divulgação de informações sobre menores desaparecidos; *PLS nº 340/99, que institui o Dia Nacional do Imigrante Italiano; *PLC nº 146/99, que denomina "Aeroporto Internacional de Guarulhos - Ulysses Guimarães" o Aeroporto Internacional de São Paulo no município de Guarulhos (SP); *PDL nº 65/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Transcontinental Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mogi das Cruzes (SP); e três *Requerimentos solicitando o exame preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade e juridicidade dos PLS nºs 264, 43 e 252, de 1999. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

- ▶ 17h - CPI do Judiciário
Oitiva: Juiz Aluizio Rodrigues (TRT-PB). *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

- ▶ 17h - CPI do Sistema Financeiro
Depoimentos: Ex-presidentes do Banco Central do Brasil Gustavo Loyola e Gustavo Franco. *Ala Nilo Coelho - Sala 2*

- ▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: *Mensagem nº 140/99, submete à apreciação do Senado a escolha de Pedro Paulo Pinto Assunção para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Panamá; *Mensagem nº 76/99, submete à apreciação do Senado a escolha de Sérgio de Queiroz Duarte para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto às Repúblicas da Croácia e Eslovaca; *PDL nº 148/98, aprova o texto da Convenção Interamericana para Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas; *PDL nº 36/99, aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Vistos, celebrado entre os governos do Brasil e da Argentina; *PDL nº 43/99, aprova o texto do Protocolo de Defesa da Concorrência do Mercosul; *PDL nº 134/99, aprova a adesão do Brasil ao texto do Acordo de Cooperação entre as Repúblicas Populares de Angola e Moçambique, as Repúblicas de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portuguesa e as Repúblicas Democráticas de São Tomé e Príncipe no Domínio do Desporto; e *Requerimento s/nº/99, do senador Tião Viana, solicitando sejam realizadas audiências públicas sobre o tema "A Amazônia - patrimônio ameaçado?". *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Fim das coligações vai a plenário

Aprovada na CCJ contra os votos do PT e do PSB, a proposta do senador Sérgio Machado proíbe que os partidos se aliem para disputar as eleições proporcionais

O plenário do Senado aprecia na sessão de hoje o primeiro projeto sobre a reforma político-partidária proposta por uma comissão especial do Senado, que analisou o assunto no ano passado.

De autoria do então relator da comissão, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), o projeto acaba com as coligações de partidos para as eleições proporcionais (escolha de deputados federais e estaduais e de vereadores), mantendo coligações apenas nas eleições para presidente, governadores, prefeitos e senadores.

A proposta chega ao plenário com parecer favorável do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA). Durante a discussão da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresenta-



O plenário do Senado também aprecia hoje o acordo antinuclear entre o Brasil e os Estados Unidos

ram votos em separado, contrários ao projeto.

Ainda hoje, os senadores discutirão projeto que aprova o tex-

to do Acordo de Cooperação sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear assinado entre os governos do Brasil e dos Estados Uni-

dos. Consta ainda da pauta de discussão e votação acordo sobre serviços aéreos assinado com Cuba, no ano passado.

Salário-educação poderá financiar ensino indígena

A aplicação de recursos do salário-educação na educação especial e na indígena é o que prevê projeto apresentado pelo senador Antero de Barros (PSDB-MT), que a Comissão de Educação (CE) discute hoje. A idéia é possibilitar apoio técnico e financeiro da União para garantir a oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas. A matéria tem parecer favorável do relator, senador Amir Lando (PMDB-RO). O senador Edison Lobão (PFL-MA) apresentou requerimento solicitando o posicionamento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a constitucionalidade e a juridicidade do projeto.

Também na pauta de votação, projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que revoga dispositivo contrário à recondução de dirigentes universitários que estiverem ocupando cargos de reitores e vice-reitores, diretores e vices de unidades universitárias. Na mesma reunião, a CE examina, entre outras matérias, projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) dispendo sobre a reutilização dos livros didáticos no ensino fundamental e médio. Relator da matéria, o senador Freitas Neto (PFL-PI) tem parecer favorável, com emendas.

CAE examina projeto que fixa prazo para devolução do Imposto de Renda

O projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que fixa prazo para restituição do Imposto de Renda descontado na fonte é um dos sete itens da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos para hoje. O projeto tem parecer favorável do relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), nos termos de substitutivo já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A CAE também discute parecer do Banco Central sobre pedido do governo do Rio de Janeiro para emitir Letras Financeiras do Tesouro Estadual. Os recursos seriam destinados ao refinanciamento da dívida mobiliária

vencível no segundo semestre de 1999. O parecer do relator, senador Wellington Roberto (PMDB-PB), é favorável.

Os senadores também votam projeto de lei do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que permite aos pequenos produtores rurais obter isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de tratores e máquinas agrícolas. Outro projeto de lei, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), concede incentivos fiscais a empresas que fizerem doações de equipamentos e matérias-primas a entidades sem fins lucrativos, para uso no preparo de alimentos para pessoas carentes. A ma-

téria tem parecer contrário do relator, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Projeto de resolução do senador Edison Lobão (PFL-MA), que também será examinado pela CAE, prevê a concessão, excepcionalmente, de autorização global aos estados para a contratação de operação de crédito junto ao governo federal, destinada a compensar perdas de receita decorrentes da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. O relator do projeto é o senador José Fogaça (PMDB-RS), que ainda não divulgou seu parecer sobre a matéria.

Outro tema que a comissão analisará é o pedido feito pelo governo do Rio de Janeiro para a emissão de novos títulos



CRE sabatina dois indicados para cargos no exterior

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), reúne-se duas vezes nesta semana.

Hoje, os senadores sabatinam diplomatas indicados pelo presidente da República para postos em embaixadas brasileiras. Amanhã, comparece à comissão o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia.

O ministro falará sobre os problemas recentes envolvendo o Mercosul, especialmente no que diz respeito às relações comerciais com a Argentina. Além disso, o requerimento de convocação de Lampreia solicita informações sobre os conflitos que ocorrem na Amazônia colombiana envolvendo o governo daquele país e a guerrilha. A pauta da CRE para hoje prevê a votação de requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) para a realização de um seminário com a participação de Lampreia, do ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, do padre Paulino Baldarassi e do comandante do Exército, General Gleuber Vieira. O tema será o risco de internacionalização da Amazônia sob vários aspectos, como a devastação ambiental, a realidade da população local e a capacidade do Brasil de defender a região.

Ainda hoje, serão sabatinados Pedro Paulo Pinto Assunção, indicado para o cargo de embaixador no Panamá; e Sérgio de Queiroz Duarte, que já é o titular da embaixada na Áustria, indicado para assumir as embaixadas da Croácia e da Eslováquia. A CRE apreciará na mesma reunião vários acordos e protocolos internacionais.

Trabalhos da CPI do Sistema Financeiro serão prorrogados

Decisão deve ser tomada hoje pela comissão, que ouvirá Gustavo Loyola e Gustavo Franco, ex-presidentes do Banco Central

Os trabalhos da CPI do Sistema Financeiro, que se encerrariam no dia 12 de setembro, serão prorrogados até o final de setembro ou início de outubro. A comissão deve aprovar hoje requerimento com essa finalidade, apresentado pelo senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB e autor do requerimento que criou a CPI.

O relator da comissão, senador João Alberto (PMDB-MA), informou ontem que há consenso quanto à prorrogação, a qual permitirá que o relatório seja discutido e votado "com tranquilidade".

A CPI ouvirá hoje, às 17h, o depoimento de Gustavo Loyola, presidente do Banco Central à época em que foi executado o Proer, programa de reestruturação do



João Alberto informou que existe consenso quanto à necessidade de um novo prazo para a CPI

sistema financeiro. Também foi convocado para esta terça Gustavo Franco, que sucedeu Loyola na presidência do BC.

A CPI quer encontrar respostas

para a fragilidade do sistema bancário nacional no primeiro trimestre deste ano, apesar dos gastos de R\$ 20 bilhões do Banco Central com o Proer. Além de questionar os dois sobre o Proer, os senadores pretendem ouvir suas opiniões sobre mudanças que a CPI pretende sugerir na atuação do Banco Central no mercado futuro.

Os senadores decidirão ainda na reunião de hoje se marcam ou não nova data para o depoimento do ex-presidente do Banco Nacional, Marcos Magalhães Pinto, e do presidente do Unibanco, que comprou o Nacional. Magalhães Pinto deveria ter falado à CPI na última sexta-feira, mas pediu adiamento por problemas de saúde.

Juiz acusado de irregularidades no TRT-PB apresenta sua defesa

A Comissão Parlamentar de Inquérito que está apurando denúncias de irregularidades no Poder Judiciário ouvirá hoje, a partir das 17h, o juiz Aluizio Rodrigues, do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (TRT-PB). O próprio juiz encaminhou carta à CPI solicitando sua convocação para se defender das acusações de que teria cometido atos irregulares na época em que foi vice-presidente do TRT-PB.

O primeiro a denunciar na CPI irregularidades que teriam sido cometidas pelo magistrado foi o técnico judiciário do tribunal, Antônio de Pádua Pereira Leite. Ele disse que o juiz, ao ocupar o cargo de vice-presidente do tribunal, teria se apropriado de US\$ 100 mil referentes ao pagamento de inscrições para um congresso de Direito Internacional do Trabalho. Antônio de Pádua afirmou



A CPI do Judiciário reúne-se a partir das 17 horas

ainda que Aluizio Rodrigues estaria envolvido na compra de passagens aéreas para países da América do Sul e da Europa e para os Estados Unidos com dinheiro público.

O superintendente da Polícia Federal da Paraíba, Antônio Flávio Toscano Moura, contou aos integrantes da CPI que foi apurada a prática de corrupção, nepotismo e malversação de verbas públicas no TRT-PB, envolvendo o então presi-

dente do tribunal, Tarcísio de Miranda Montes, e os juízes Severino Marcondes Meira (que presidiu o TRT em agosto de 1995), Aluizio Rodrigues e Paulo Montenegro Pires, além de vários parentes destes, empregados na instituição. Outro depoente, o ex-presidente do TRT-PB Vicente Vanderlei, confirmou a descoberta de má utilização de suprimentos e de fundos destinados aos gabinetes.

Amir Lando vê clima de guerra no campo

O senador Amir Lando (PMDB-RO) admite que o compromisso assumido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso de assentar 280 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra foi cumprido, mas os conflitos no campo mostram que não há o que comemorar. A afirmação foi fei-



ta em entrevista que a TV Senado transmite hoje, às 8h30 e às 20h30. "Há um clima de guerra no campo. Se a reforma fosse eficaz isto estaria diminuindo e não aumentando", comenta.

Amir Lando critica as ações do governo nessa área e lembra que distribuir terras e riqueza "é um pré-

requisito para o desenvolvimento econômico e social do país". Ele destaca que o Estatuto da Terra foi criado em 1964, quando 20% dos produtores detinham 80% das terras brasileiras e diz que hoje, 35 anos depois, apenas 10% dos produtores são os donos dessas terras.

Mauro Miranda pede prioridade a solução para dívida agrícola

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) apelou aos presidentes das duas Casas do Congresso Nacional para que dêem prioridade às proposições legislativas concernentes ao endividamento do setor agrícola. "Não há tempo a perder", afirmou. Na opinião do parlamentar, o setor só precisa de condições adequadas para trabalhar, cabendo ao Legislativo dar o suporte necessário ao seu funcionamento.

Mauro Miranda pregou uma ação firme do Parlamento para mudar o cenário de crise da agricultura e alegou que, "se a rentabilidade do setor é baixa, os juros também devem ser obrigatoriamente baixos". Ele apontou, entre as causas estruturais do endividamento do setor, a incompatibilidade financeira entre a política de preços dos produtos e a política de juros dos financiamentos agrícolas.

Em sua opinião, as duas faces da moeda agropecuária foram con-

troladas e manobradas pelo governo nas últimas duas décadas, havendo ainda grande interferência governamental, tanto pela política de preços mínimos e de estoques reguladores como pelas altas taxas de juros.

Para Mauro Miranda, o endividamento agrícola é tão grave que a simples alteração dessas políticas não se revelaria suficiente para reverter a situação. "É igualmente necessário um conjunto de medidas destinado a absorver o passado, para que se garanta a viabilidade de pagamento dos débitos pendentes do setor", opinou ele.

O senador observou que, ao lado dessa crise, a agricultura enfrenta profunda mutação, em termos de atualização tecnológica e operacional, o que requer novos investimentos em itens como equipamentos de produção, sistemas de irrigação e infraestrutura de armazenagem.

Senador denuncia crescimento de imigração de profissionais

O crescimento da imigração de profissionais estrangeiros de nível superior para o Brasil, que estaria contribuindo para aumentar o desemprego no país, foi denunciado pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO). "Nos últimos cinco anos, houve um aumento de 321% no número de vistos de trabalho concedidos a estrangeiros, passando de 2.193, em 1993, para 8.642, em 98", relatou.

Para Mauro, esse fato é preocupante. "Há um elevado número de profissionais brasileiros altamente especializados, muitos com mestrado e doutorado, há algum tempo desempregados. Essa importação de



Mauro acredita que presença de estrangeiros aumenta o desemprego no Brasil

mão-de-obra especializada é um contra-senso nas nossas expectativas de equilibrar o mercado de trabalho, e o governo brasileiro nada faz para alterar esse quadro", alertou.

Ele disse que está enviando um requerimento de informações ao ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, sobre o número de profissionais estrangeiros e as condições em que trabalham. O senador lembrou que, de acordo com a le-

gislação brasileira, o profissional estrangeiro pode trabalhar no Brasil quando tiver seu diploma reconhecido e revalidado por uma universidade brasileira, ou quando for contratado provisoriamente por uma empresa constituída no país.

— A justificativa, nesse último caso, é a escassez de profissionais

de determinada especialidade. Assim, a legislação exige a presença de um profissional brasileiro trabalhando ao lado do estrangeiro, como assistente, para garantir a transferência dos conhecimentos tecnológicos trazidos de fora. Infelizmente, tenho recebido denúncias de com-

selhos regionais de que o ministério não vem fiscalizando a aplicação correta da lei — informou o senador.

Segundo Mauro Miranda, essas entidades, especialmente do setor de engenharia, também se queixam de que o ministério não responde aos pedidos de informação sobre vistos de trabalho para estrangeiros. "Não creio que o ministro Dornelles tenha tomado conhecimento desse fatos", finalizou.

Senadores cobram mais atenção para a Amazônia

Quatro senadores da Amazônia pediram ontem ao governo federal que fique atento aos problemas vividos por aquela região. Gilberto Mestrinho alertou para os riscos representados pelo crescimento da guerrilha e do tráfico

na vizinha Colômbia. Mozarildo Cavalcanti também advertiu para a vulnerabilidade das fronteiras. Tião Viana e Moreira Mendes falaram das questões relacionadas com a saúde da população.

Mestrinho sugere que Exército redobre proteção na fronteira com a Colômbia

Preocupado com o clima de guerra civil enfrentado pela Colômbia, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) pediu ontem que as Forças Armadas brasileiras ampliem a proteção da fronteira norte do país. Ele disse ter informado de que a Polícia Federal mandou 120 agentes para a região, mas considerou fundamental que as Forças Armadas marquem maior presença ali. “Como brasileiro, faço um apelo ao presidente da República para que redobre a segurança na fronteira amazônica”, pediu ele.

O senador disse que o Brasil não tem nada a ver com o que se passa na Colômbia, mas precisa defender suas fronteiras e combater em toda região o tráfico de entorpecentes. Sobre os rumores de que os Estados Unidos pretendiam intervir naquele país, Mestrinho sustentou que o problema vivido pela Colômbia é uma questão interna. “Temos que tomar precauções com nossas fronteiras, defender o que é nosso, sem interferir nos assuntos internos de outros países”, afirmou ele.

Conforme Gilberto Mestrinho, grupos armados avançam pelo território colombiano, encontrando-se a 70 quilômetros de Santa Fé (próxima a Me-



Mestrinho teme que Amazônia brasileira seja usada para o cultivo do ipadu

dellín), junto com outros grupos paramilitares, numa luta que se torna mais grave em razão do narcotráfico. Segundo o senador, o tóxico é hoje o grande mal da humanidade e são necessárias providências para evitar que no solo amazônico se faça o cultivo do ipadu – arbusto que tem as mesmas propriedades da coca. “A planta cresce debaixo das árvores, sendo difícil até detectar seu plantio”, informou,

lembrando que, há três anos, as Forças Armadas e a Polícia Federal descobriram uma plantação no meio da floresta:

– São os riscos que corremos e que devemos cuidar para que não se alastrem, a fim de que a fronteira amazônica não seja uma presa fácil para os interesses que não estão preocupados com nossa segurança, mas tão somente com o lucro – disse ele. Mestrinho elogiou a recente viagem do presidente da República ao Acre, frisando que a Amazônia é a maior província mineral da Terra, sendo também o maior banco genético do mundo.

Os senadores Tião Viana (PT-AC), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e Pedro Simon (PMDB-RS) apoiaram o discurso de Mestrinho. Vindo de uma reunião na Argentina, Simon explicou que a situação da Colômbia é preocupante, sobretudo pelo fato de que, em plebiscito, a população daquele país se manifestou favoravelmente à intervenção norte-americana. Simon também informou que o presidente argentino, Carlos Menem, concordou em colocar tropas à disposição dos Estados Unidos, se necessária for a intervenção.

Mozarildo quer novos estados na região

Ao comentar a visita que o presidente Fernando Henrique Cardoso fez ao Acre na semana passada, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) destacou ontem algumas iniciativas do governo federal na Amazônia, como o asfaltamento da BR-174 em Roraima, mas apelou por mais atenção para a região. O senador lamentou a vulnerabilidade das fronteiras e apresentou dois documentos encaminhados pela Funai acusando a prisão de dois cidadãos russos no interior da terra indígena Vale do Javari, numa operação conjunta com o Ibama e a Polícia Federal.

Mozarildo explicou que os russos, que foram deportados, tinham documentos que comprovam a existência de uma entidade religiosa internacional que promove a “adoção” de grupos indígenas isolados da América do Sul para serem catequizados:

– A Amazônia vem sendo vasculhada há muito tempo. Nós, os senadores e o Senado Federal, não podemos nos calar – afirmou.

Mozarildo também defendeu uma redivisão territorial na região e a cri-

ação de novos estados.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que a Amazônia é uma região para a qual todos os olhos da inteligência brasileira deveriam se voltar. Para ele, o caso da Colômbia é apenas mais um pretexto para justificar “outras cobiças estrangeiras” na região. O senador acredita que a visita de FHC ao Acre, acompanhado de vários ministros e levando R\$ 144 milhões para projetos de infra-estrutura, foi “profundamente oportuna e feliz para o povo do Acre”. Após 18 anos sem uma visita presidencial, o Acre, de acordo com Tião Viana, fechou um ciclo de “100 anos de solidão”.

Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) apoiou a idéia de Mozarildo Cavalcanti de redivisão territorial, mas discordou da criação de novos estados. Para o senador, o melhor seria a criação de territórios federais com novos estatutos e programas especiais a serem executados, principalmente em relação à defesa das fronteiras. Mestrinho elogiou a visita do presidente ao Acre, que levou benefícios efetivos “sem olhar a cor partidária”.



Mozarildo defende maior divisão territorial da Amazônia, com a criação de novos estados

Mozarildo Cavalcanti disse que, por ter sido criado em um território federal, é avesso à idéia de criação de territórios nos moldes antigos. Para ele, o desenvolvimento poderia vir mais rapidamente com novos estados devido à organização administrativa própria, como aconteceu com o Tocantins e Mato Grosso do Sul.

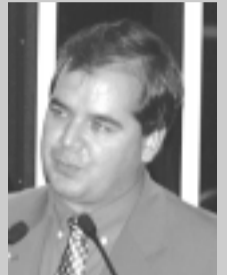
Tião Viana adverte sobre a contaminação por mercúrio

É necessária a implantação de um centro de diagnóstico e tratamento para as pessoas com envenenamento mercurial, defendeu ontem o senador Tião Viana (PT-AC), explicando que o mercúrio é apontado como “um dos mais perversos agentes de contaminação do ecossistema amazônico”. Tião Viana disse que, para se evitarem os males da cadeia envenenada do mercúrio, é preciso exigir o cumprimento da lei que prevê sanção para quem cometer crimes ecológicos. Para o senador, nenhuma lei consegue lograr aplicação eficaz se não for acompanhada de vontade política:

– Por isso, não me furto a, mais uma vez, denunciar o descaso com que a esfera pública trata a execução de políticas ambientais no país. A incompetência do Ibama em exercer vigilância rigorosa no controle de práticas predatórias de garimpagem beira o limite da convivência desavergonhada – alertou.

O senador disse que “temos de discutir urgentemente o assunto, sob pena de vermos comprometida qualquer nesga de esperança para a Amazônia do século 21”. Tião Viana esclareceu que, mais do que qualquer outro agente poluente, o mercúrio dos garimpos de ouro degrada indiferentemente rios, margens e solos, incorporando substâncias altamente tóxicas à cadeia alimentar. Segundo cálculos dos ambientalistas, frisou o parlamentar, para 1 kg de ouro gasta-se 1,3 kg de mercúrio, dos quais 40% são jogados na natureza e outros 60% evaporam-se na queima da amálgama.

O senador lembrou a tragédia de Minamata, no Japão, nos anos 50 e 60, que vitimou milhares de trabalhadores em virtude da contaminação mercurial “provocada por despejos industriais criminosos” e que hoje a doença é conhecida como o Mal de Minamata. A doença apresenta sintomas bem característicos como tremores, tontura, cegueira, surdez, perda do controle motor e da sensibilidade de braços e pernas, confusões mentais, além de disfunções renais e gástricas, explicou Tião Viana. O senador citou o professor Wolfgang Pfeiffer, da UFRJ, que alertou para o fato de “que os ribeirinhos, que só comem peixe, encontram-se em pior estado de saúde que os garimpeiros habituados à carne”.



Viana acha o Ibama incompetente para fiscalizar

Moreira Mendes elogia acordo para combater a hanseníase

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) cumprimentou o governador de Rondônia, José Bianco, pela assinatura do acordo entre o estado e a organização não-governamental (ONG) Netherlands Leprosy Relief, da Holanda, com o objetivo de atender os pacientes vítimas da hanseníase e da tuberculose:

– Há muito os rondonienses careciam de maior atenção das autoridades públicas para o problema do mal de Hansen no estado – disse o senador.

Moreira Mendes informou que, pelo acordo, a ONG holandesa se compromete a repassar ao estado US\$ 923,7 mil, que devem ser destinados ao controle da hanseníase e da tuberculose. Os recursos devem ser utilizados ao longo de cinco anos, com gastos anuais na faixa de US\$ 200 mil.

O senador destacou que a organização vem contribuindo com os programas de saúde de Rondônia desde 1994. Ainda assim, segundo ele, a organiza-



Moreira Mendes: mais recursos para tratar a doença

ção Mundial de Saúde (OMS) classifica de gravíssimo o quadro de hanseníase no estado, onde são registrados cerca de 1.200 casos ao ano, a maioria na capital, Porto Velho:

– Para piorar a situação, não há um só município no estado onde não haja pelo menos uma vítima da doença. Atualmente 1.540 pacientes se encontram em tratamento em Rondônia – afirmou.

Mesmo reconhecendo a gravidade da situação, o senador elogiou a atuação do governo estadual: o ano passado foi fechado com a taxa de 12,07 doentes de hanseníase para cada dez mil habitantes, sendo que em 1992 a taxa era de 39,04 por dez mil. O senador elogiou ainda o trabalho das irmãs Marcelinas no combate à hanseníase em Rondônia.

Com relação à tuberculose, o senador informou que em 1998 foram identificados 522 casos em Rondônia. Este ano, até agora, foram registrados 250 novos casos.

José Jorge quer manter verbas para educação

Proposta de reforma tributária em discussão na Câmara é criticada pelo senador, por cortar em pelo menos R\$ 5 bilhões os investimentos no setor, segundo projeções feitas pelo governo federal e pelas secretarias estaduais e municipais

O fim da guerra fiscal e o reequilíbrio na distribuição de deveres e recursos entre estados, municípios e União foram listados pelo senador José Jorge (PFL-PE) como sendo alguns dos benefícios que o país espera obter com a reforma tributária. No entanto, o senador lembrou que prioridades nacionais, como a educação, não podem ser deixadas de lado por causa da reforma.

— Contrariamente a tudo isso, a reforma tributária ora em discussão na Câmara dos Deputados aponta para a redução dos recursos para a educação. Contra isso quero manifestar minha estranheza e meu descontentamento. Trata-se de uma grande ameaça à escola pública brasileira— afirmou o senador.

Segundo José Jorge, os jornais têm noticiado que o substitutivo do deputa-



José Jorge vê o texto atual da reforma como “grande ameaça à escola pública brasileira”

do Mussa Demes corta pelo menos em R\$ 5 bilhões os investimentos anuais em educação, de acordo com projeção feita

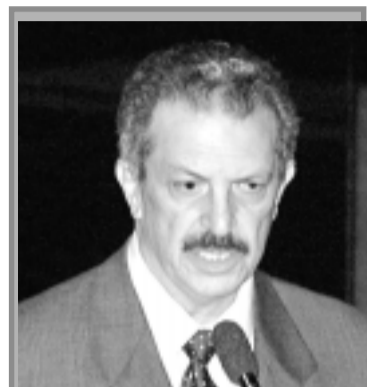
pelo Ministério da Educação e pelas secretarias estaduais e municipais de Educação. “Se concretizado, representará um verdadeiro desastre para todas as iniciativas vitoriosas do ministério e das secretarias, que vêm lutando para acabar com a miséria intelectual de nosso país” — alertou José Jorge.

O senador também disse que a proposta do relator Mussa Demes atinge o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que redistribui recursos entre os governos estaduais e municipais e que deve movimentar este ano cerca de R\$ 14 bilhões.

O corte, explicou José Jorge, atinge os percentuais constitucionais (18% do orçamento da União e 25% dos estados

e municípios) e, ao retirar os recursos que o Executivo destina ao Legislativo e ao Judiciário da base de cálculo sobre a qual incidem esses percentuais, o substitutivo corta boa parte desse fundo. “Desse modo, segundo algumas estimativas, apenas na esfera federal, a perda da educação chegaria a R\$ 1,7 bilhão”, informou o senador.

José Jorge disse ainda que é preocupante, no substitutivo do relator, o fim do ICMS, imposto que, por vinculação constitucional específica, é uma das fontes de recursos do Fundef (responsável por cerca de 70% do total). “Mas não acabam aí os prejuízos, pois o substitutivo extingue o salário-educação, uma contribuição que corresponde a 2,5% da folha de pagamento das empresas”, concluiu.



Tuma defende presença do advogado ao lado do acusado, para garantir ampla defesa

Projeto de Tuma altera Código de Processo Penal

Projeto de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) autorizando o advogado a levantar questões de ordem e sentar-se ao lado do acusado, inclusive nos processos do Tribunal do Júri, foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para apreciação em decisão terminativa.

O projeto, que dá nova redação e acrescenta parágrafo ao art. 187 do Código de Processo Penal, reforça o que assegura a Constituição federal em seu artigo 5º, ao garantir o devido processo legal e a ampla defesa. “Para que isto ocorra, é indispensável a presença física do advogado, literalmente ao lado do acusado”, justificou Tuma.

O senador argumenta que “há um rigor exacerbado na proibição da manifestação da defesa, na fase de inquirição dos acusados”. Ele lembra que a sistemática processual proíbe totalmente a intervenção dos representantes das partes com o objetivo de dar celeridade ao questionamento do réu, mas observa que esta postura é incompatível com a ampla defesa instituída pela Constituição. Além disso, cita hipóteses em que a intervenção da defesa é essencial para evitar nulidades posteriores, como nos equívocos de nomes ou idades de pessoas.

Romeu Tuma chama a atenção para a “evidente impropriedade de sentar-se o defensor em local distante do acusado”, acrescentando que “a pessoa do acusado não deve estar sozinho, qualquer que tenha sido o seu crime. Na verdade, é do interesse público, e não apenas individual, promover a ampla defesa e assegurar ao acusado a presença física, e próxima, do advogado”.



Ney Suassuna identifica sensível aumento do número de crimes violentos e cruéis

Suassuna pede rigor na punição de crime contra idosos e crianças

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai apreciar, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que considera como agravante, na fixação de pena para homicídio, a hipótese de o crime ter sido cometido contra maiores de 70 anos ou menores de 14 anos de idade. Pelo projeto, a pena será de reclusão, de 12 a 30 anos. De acordo com o Código Penal, se não houver agravantes ao homicídio, a pena é de seis a 20 anos de reclusão.

Na justificativa do projeto, Ney Suassuna afirma que tem ocorrido, na sociedade brasileira, um sensível aumento do número de crimes violentos e cruéis, caracterizados por torpeza e covardia por serem cometidos contra vítimas que, por sua condição de idade, têm dificuldades ou impossibilidade de se defender.

— Por isso — acrescenta — pensamos que a Lei Penal deva punir, com mais rigor, o agente de crimes praticados nessas circunstâncias.

Maria do Carmo destaca fundo de aval para agricultores

Louvando as idéias que envolvem no mesmo objetivo entidades governamentais e lideranças comunitárias, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) registrou a implantação pioneira, no município sergipano de Paço Verde, do Fundo Municipal de Aval. Trata-se de um fundo destinado a dar garantias à instituição financeira que emprestar recursos a micro e pequenos produtores rurais, com propriedades de até 5,5 hectares.

“Uma idéia simples, que não somente resolveu o problema do financiamento agrícola, como também tem dado, em termos de produção, resultados extraordinários”, comentou a parlamentar. Ela informou que essa iniciativa do prefeito José Everaldo de Oliveira foi nacio-

nalmente reconhecida pelo programa Comunidade Solidária, quando o município de Paço Verde foi eleito “Cidade Solidária 1997”, entre outros dez concorrentes.

Segundo Maria do Carmo Alves, o Brasil tem cerca de 6,5 milhões de propriedades rurais, a maior parte dedicada à agricultura familiar, as quais empregam quase 80% da mão-de-obra do campo. Ela disse que as maiores dificuldades do pequeno produtor são a assistência técnica, o financiamento de custeio e o crédito agrícola, que normalmente exige a titularidade da terra e a capacidade de pagamento de quem toma empréstimo.

Em razão disso, explicou, o pequeno produtor vem passando por enormes dificuldades, “que refletem o abandono



Maria do Carmo disse que uma idéia simples vem produzindo resultados “extraordinários”

histórico do campo e o crescente estímulo ao êxodo rural”. Por isso, a senadora disse considerar importantes iniciativas como a do prefeito José Everaldo de Oliveira, ao criar o Fundo Municipal de Aval.

Ernandes Amorim critica organização de serviço público em Rondônia

As normas da organização do serviço público de Rondônia estão em desacordo com a legislação federal, segundo relatou o senador Ernandes Amorim (PPB-RO). O quadro revelado em seu estado por uma auditoria do Ministério da Saúde aponta inclusive desvios na aplicação dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde.

Um requerimento de informações ao ministério feito pelo senador permitiu que viesse a público uma série de irregularidades, entre elas a contratação ilegal de prestadores de serviços. De acordo com Amorim, é o caso do Laboratório e Clínica Radiológica Castiel Jr., que teria feito cobranças ilegais de órgãos públicos e dos usuários.

O senador citou especificamente a exigência irregular de pagamento para a utilização de contraste e seringa para tomografia computadorizada. Contou



Amorim denunciou irregularidades como a contratação ilegal de prestadores de serviços

o drama da cidadã Macilena Braz Calisto, que em 1996 passou a receber auxílio-doença em Porto Velho, apresentando laudo relativo a tomografia

realizada na Clínica Castiel.

Quando precisou fazer novo exame probatório exigido pelo INSS, os funcionários da clínica alegaram primeiramente que o equipamento estava quebrado. Depois recusaram-se a fazer o exame, com a justificativa de que o Sistema Único de Saúde (SUS) não estava pagando a clínica. A paciente então foi obrigada a pagar o exame do próprio bolso, ao custo de R\$ 80. No entanto, para voltar a receber o benefício teria que arcar com as contribuições em atraso.

Amorim disse que a auditoria feita pelo ministério descobriu que a clínica estava recebendo do SUS e ao mesmo tempo cobrando os exames dos pacientes.

— Tem que haver algum meio de esta senhora receber o benefício que lhe é devido — disse Amorim.

Álvaro propõe financiamento para moradia popular no campo

A criação de um programa de financiamento habitacional para a construção e aquisição de moradias destinadas à população rural de baixa renda – miniprodutores, pequenos produtores e trabalhadores rurais, proprietários ou não de terras – está prevista



Álvaro Dias afirma que seu projeto, caso aprovado, evitará êxodo rural

em projeto de lei apresentado pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR). A proposta já foi encaminhado à análise da Comissão de Assuntos Econômicos.

Na justificativa do projeto, o senador pelo Paraná esclarece que a medida visa minorar a grave crise que atinge o campo e possibilitar a melhoria das atuais condições de moradia de milhões de cidadãos brasileiros. "Buscamos evitar o êxodo do meio rural, que tem provocado o inchaço descontrolado

de nossos centros urbanos, e possibilitar ao brasileiro de baixa renda maior justiça social", diz o senador.

— A situação das áreas rurais é estarrrecedora: os chefes de família são freqüentemente analfabetos;

aproximadamente metade deles são pequenos proprietários rurais ou meeiros, sendo os demais assalariados ou trabalhadores temporários; as famílias de baixa renda são numerosas, muitas vezes chegando a ter o dobro do número de filhos das famílias com melhores condições de renda; e o serviço de infra-estrutura, quando existe, é precário — argumenta Álvaro Dias em defesa de sua proposta.

Estevão elogia atuação de Calheiros na Justiça

Senador destaca preocupação com resgate da cidadania e providências de ex-ministro no âmbito dos direitos do consumidor

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) enalteceu, ontem, a atuação do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) à frente do Ministério da Justiça. "Durante os 465 dias de sua administração, sua grande preocupação foi com o resgate da cidadania", ressaltou. Calheiros retornou ao Senado em 19 de julho.

Estevão citou os esforços do ex-ministro para conceder anistia aos estrangeiros que se encontravam em situação irregular, assegurando àqueles com bons antecedentes a permanência no país, sem a "chaga da clandestinidade", além de integrar à sociedade brasileira 2.200 refugiados. O senador também ressaltou as iniciativas de Calheiros na consolidação do Código de Trânsito Brasileiro e na área indígena — demarcando 13 milhões de hectares.

O senador pelo Distrito Federal des-



Estevão enumerou entre as providências de Renan Calheiros a comissão de reforma do Código Penal

tacou as providências de Calheiros, através da Secretaria de Direito Econômico, no âmbito do direito do con-

sumidor. "Ele abriu processo contra empresas de Turismo que lesaram clientes na Copa do Mundo; impôs aos supermercados padrões para visualização dos preços; aplicou multa de R\$ 3 milhões à indústria farmacêutica responsável pelos 'anticoncepcionais de farinha', e atuou junto à Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) para punir as empresas telefônicas responsáveis pela pane durante a implantação do novo sistema de interurbanos", enumerou.

Estevão ainda destacou seu respeito pelo trabalho da comissão revisora, encarregada de reformar o Código Penal. "O anteprojeto já foi encaminhado à apreciação e debate do Legislativo e traz notáveis avanços como a definição dos crimes de assédio sexual, de improbidade administrativa e de violação de privacidade."

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — Senado em Pauta
7h — Saúde Todo Dia — Squash
7h30 — Especial Unip — Gota — medicina do futuro
7h55 — Senado em Pauta
8h — Jornal do Senado
8h25 — Senado em Pauta
8h30 — Entrevista — Senador Amir Lando fala sobre reforma agrária
8h55 — Senado em Pauta
9h — Mulheres em Destaque com a senadora Luzia Toledo

9h30 — Cores do Brasil — Pernambuco
9h55 — Senado em Pauta
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
13h30 — Mulheres em Destaque com a senadora Luzia Toledo
14h — Cores do Brasil — Paraíba
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — CPI dos Bancos — Depoimentos dos ex-presidentes do Banco Central Gustavo Loyola e Gustavo Franco
Logo após — CPI do Judiciário — Depoimento do juiz Aluizio Rodrigues, do TRT-PB
Logo após — Jornal do Senado
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

Projeto estende ao DF benefícios dados à Bahia

Encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos, para ser apreciado em caráter terminativo, projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que estende ao Distrito Federal os benefícios concedidos pela Medida Provisória 1.916/99 — a apelidada "Lei Ford", como lembrou o senador.

De acordo com a proposta, os empreendimentos industriais instalados na região Centro-Oeste terão direito, a exemplo daqueles instalados nas

áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a ser deduzido na apuração desse imposto.

O autor do projeto argumenta que o DF não pode ser excluído dos benefícios da MP 1.916/99 sob o argumento de que, nele, há a maior renda *per capita* do país.

— Esse argumento se apequena face à realidade de que o Distrito Federal sofre de má distribuição de renda e de taxa de desenvolvimento ínfima, sem contar o número significativo de habitantes que, a cada dia, mais se agiganta. Acresce ainda o fato de que o Distrito Federal é a unidade da Federação que, proporcionalmente, apresenta um grande índice de desemprego, talvez o maior do país — sustentou Estevão.

Jucá sugere revisão da política de transporte

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) fez um apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que reveja a atual política nacional de transportes, e acelere a criação da agência reguladora do setor, para que o Brasil possa contar com modais integrados de transportes que facilitem a circulação de pessoas e produtos a um custo que não onere a população e nem prejudique a competitividade da produção nacional.

O senador lembrou a recente paralisação nacional dos caminhoneiros, que gerou caos no sistema de abastecimento nos centros urbanos e evidenciou as desvantagens de o país ser, hoje, refém do transporte rodoviário. "A greve serviu para colocar em debate a atual estratégia nacional do setor de transportes e para revelar o quanto o país é dependente de um único modal para a circulação das mercadorias pelo território nacional", frisou o senador.

Embora reconheça os benefícios resultantes da privatização de algumas

rodovias, com economia de combustível, melhoria de condições de tráfego e maior segurança, Jucá disse que é inegável a existência de distorções no cálculo de tarifas e na distribuição de postos de cobrança de pedágio, o que prejudica os usuários e dá margem a críticas e contestações. "As concessões da gestão de estradas à iniciativa privada têm sido objeto de tantas críticas que foram temporariamente suspensas pelas autoridades", arrematou.

DESINTERESSE

O parlamentar por Roraima lamentou que o transporte ferroviário esteja relegado a segundo plano há bastante tempo. Ele informou que o país, de 1970 para cá, praticamente triplicou a malha rodoviária asfaltada — de 52 mil para 148 mil quilômetros — enquanto, no mesmo período, a malha ferroviária foi reduzida de 31,5 mil para 29,5 mil quilômetros.

O desinteresse pelo desenvolvimento do transporte hidroviário, apesar de o país ter imenso potencial de ba-



Jucá é a favor do estímulo a diferentes meios de transporte

cias hidrográficas, também foi criticado por Jucá. Segundo dados divulgados pelo senador, um comboio hidroviário de 2,2 mil toneladas pode transportar uma carga equivalente a 70 caminhões, e o consumo de combustível do barco que empurra as barcaças equivale ao de apenas três caminhões.

Para o senador, o ideal seria a utilização racional e integrada dos diversos modais — rodoviário, ferroviário e hidroviário, utilizando rios, trens e estradas, com economia de custos de frete. Nos países desenvolvidos, segundo Jucá, o sistema multimodal transporta 45% pelas rodovias, 35% a 40% pelas ferrovias e 20% por meios aquaviários e hidroviários.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínima) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Simon: "Pedir renúncia é golpismo"

Senador gaúcho diz que não está satisfeito com governo de Fernando Henrique, mas não vê corrupção ou imoralidade que justifiquem abertura de processo de *impeachment*

"Pedir renúncia do presidente é golpismo. Perdoem minha sinceridade, mas no presidencialismo não se pede renúncia, porque este é um ato que cabe só ao presidente." Esse foi o tom de discurso pronunciado ontem pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), destinado a comentar os 45 anos do suicídio de Getúlio Vargas e a Marcha dos 100 Mil a Brasília, na quinta-feira.

Simon estará hoje no Rio Grande do Sul para as homenagens ao ex-presidente, "um estadista, uma figura impressionante que, durante toda a vida, preocupou-se com o social":

– Digo com todas as letras: não estou satisfeito com o governo do senhor Fernando Henrique Cardoso, mas não vejo ra-



Simon expressa receio em relação a movimento pedindo a renúncia do presidente

zão para votar o seu *impeachment*. Não vejo razão de corrupção, de imoralidade. Que façam o movimento dos 100 mil, que digam as verdades. Mas

não podem misturar esse movimento com a exigência de renúncia.

FRASE INFELIZ

Para o senador gaúcho, se os manifestantes quiserem tirar o presidente Fernando Henrique de seu cargo, "que o façam conforme a lei". Primeiro, que a Câmara conceda licença para processar o presidente. Depois, o Senado, que então se transforma em tribunal.

Simon disse ter receio toda vez que se começa um movimento pedindo renúncia de presidente da República. "Há 45 anos, o povo, levado por Carlos Lacerda à frente do Palácio do Catete, pedia renúncia, enquanto os militares, por trás, tramavam o golpe contra Getúlio. Em 64, pe-

dia-se a renúncia de Jango, mas atrás os militares tramavam o golpe. Graças a Deus não há ninguém tramando golpe no Brasil."

Ao comentar a frase do presidente Fernando Henrique, segundo a qual a Marcha dos 100 Mil "é a caminhada dos sem-rumo", Pedro Simon a considerou infeliz. "Talvez o presidente da República tenha de puxar essa marcha, pois este país não possui um rumo."

– Que o presidente entenda esse movimento e saia da sua grandeza, da sua majestade. Que medite sobre sua baixa popularidade. Que a oposição faça a sua marcha, mas não atravesse o sinal, porque não é bom para todos.



Amir Lando considera "desumano e cruel" o modelo econômico seguido pelo governo federal

Lando critica política econômica

O senador Amir Lando (PMDB-RO) pediu o fim da política neoliberal que vem sendo adotada pelo governo federal, e que, segundo ele, "tem se mostrado desumana e cruel" para grande parcela da população brasileira. O parlamentar defendeu uma mudança na "cara do sistema ou de seus agentes".

– O brasileiro não pode ser um estrangeiro dentro de seu próprio país, um intruso indesejado, condenado a níveis de existência que apontam para a exclusão da própria vida – lamentou.

Na avaliação do senador por Rondônia, a tese do Estado mínimo não resistiria à comparação com dados da realidade social brasileira. Lando observou que, depois de ter perdido suas melhores estatais, o país não está em melhores condições nas áreas proclamadas como típicas do Estado, tais como educação, saúde e segurança.

– O Estado brasileiro, após abrir mão de tamanhos ativos, estaria no lugar certo? As cinco ou seis dezenas de bilhões de dólares alcançados nos leilões de privatizações teriam sido canalizadas para a melhoria da qualidade de vida da população? – perguntou o parlamentar.

Ele acredita que, ao contrário, a realidade "mostra que se edificou um Estado preguiçoso, que se nega a prestar qualquer serviço de saúde, educação, saneamento básico, habitação, comunicação e segurança pública".

Amir Lando lastimou que o desemprego atinja uma em cada cinco famílias do país e lembrou que há quatro anos a dívida pública líquida brasileira rondava a casa dos R\$ 60 bilhões. "Hoje ultrapassa meio trilhão, apesar de todos os percalços da dívida social e das privatizações", destacou.



Segundo Heloísa, "o Congresso nada fez para impedir que o Brasil se tornasse um anexo do FMI"

Heloísa Helena propõe processo contra FHC

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) propôs ontem a abertura de processo por crime de responsabilidade contra o presidente Fernando Henrique Cardoso. "A Marcha dos 100 Mil, prevista para a próxima quinta-feira, não vem a Brasília pedir a renúncia de FHC, mas exigir que o Congresso fiscalize seus atos e o processo por desrespeitar a Constituição", sintetizou.

Na opinião de Heloísa, a arrogância de Fernando Henrique não permitiria que ele tivesse a grandeza de renunciar. "Mas há muitos atos que podem fundamentar um processo de crime de responsabilidade, tais como o desrespeito à Federação e aos direitos dos estados. A corrupção que cerca o processo de privatização é tão clara que FHC não seria mais presidente, se as instituições políticas do país fossem mais fortes", garantiu.

A senadora por Alagoas considerou a política econômica, realizada pelo governo federal para obter superávit primário em suas contas, um ato que envergonha o Congresso, "que nada fez para impedir que o Brasil se tornasse um anexo do FMI, abrindo mão de sua soberania".

– Ainda é tempo de nos insurgirmos contra essas diretrizes que resultam em miséria e desemprego para os brasileiros – disse Heloísa Helena.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que "exigir a renúncia do presidente não é bom para a democracia". Ele reconheceu, porém, que instalar uma comissão na Câmara dos Deputados, para examinar denúncias de crimes de responsabilidade contra o presidente da República, "representa um mecanismo legítimo do regime democrático".

Lúcio Alcântara faz saudação ao vigésimo aniversário da anistia

Em discurso sobre o 20º aniversário da Lei da Anistia, sancionada em 28 de agosto de 1979 pelo então presidente João Figueiredo, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que, antes dela, havia brasileiros de segunda categoria, aos quais eram negados direitos fundamentais da cidadania.

– Havia aqueles que, tendo tido cassados seus direitos políticos, estavam compulsoriamente afastados de suas vocações de parlamentares e administradores públicos, caso do atual governador paulista Mário Covas. Havia os que, banidos do país, estavam proibidos de regressar e, se o tentassem, podiam ser capturados e mortos pelo aparato repressivo. Havia, enfim, os exilados, privados até do direito de registrar nas repartições consulares brasileiras seus filhos nascidos no exterior.

Alcântara disse também que, apesar de Figueiredo ter sido "um dos generais da ditadura", é preciso reconhecer que foi ele quem assinou a lei, contrariando a disposição de muitos dos integrantes de seu governo e de sua corporação.

– Devemos esse reconhecimento a um homem que deixou o Palácio do Planalto pedindo



Antes da anistia, afirmou Alcântara, "havia brasileiros de segunda categoria"

que o esquecêssemos.

Ao transcrever trechos de artigo do jornalista Elio Gaspari, publicado na *Folha de S. Paulo* no último dia 8, o senador lembrou que a luta pela anistia começou com a ação do marechal cassado Pery Beviláqua e de Teresinha de Jesus Zerbini, esposa de um general também cassado. Lembrou também que o principal articulador político da anistia foi o ex-senador Petrônio Portella e que, nas negociações com os militares, destacaram-se ainda os deputados Thales Ramalho e Ulysses Guimarães, que se encontraram secretamente com o chamado estrategista do regime, general Golbery do Couto e Silva.